Medida Provisória n° 740, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho, no valor de R$ 353.771.447,00, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa:

Crédito extraordinário no valor de trezentos e cinquenta e três milhões, setecentos e setenta um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, em favor de diversos órgãos da Justiça do Trabalho, para garantir a continuidade da prestação jurisdicional, em face das cortes realizados quando da aprovação da LOA 2016. Os recursos são provenientes da Reserva de Contingência Financeira - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Perda de eficácia, em decorrência do

Último local: 19/07/2016 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destino: Ao arquivo

Último estado: 14/11/2016 - SEM EFICÁCIA

Despacho:

14/07/2016 (Despacho inicial.)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(CN-CMO) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatoria:

CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Relator(es):

Deputado Federal Nelson Marchezan Junior (encerrado em 08/11/2016 - Matéria com tramitação encerrada)

Senador Flexa Ribeiro (Relator Revisor) (encerrado em 08/11/2016 - Matéria com tramitação encerrada)

TRAMITAÇÃO

06/03/2017 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

20/02/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: (Ação legislativa referente ao DCN de 23/02/2017)
A Presidência comunica que encerrou-se, em 19 de fevereiro do corrente, o prazo previsto no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN e no §11 do art. 62 da CF/88 para edição de Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da edição da presente Medida Provisória, que teve seu prazo de vigência encerrado em 10 de novembro de 2016
O Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2016, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Júnior; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2016, de autoria do Deputado Valtenir pereira, serão encaminhados á Câmara dos Deputados para as providências cabíveis.
A matéria vai ao Arquivo.

Publicado no DCN Páginas 125

TRAMITAÇÃO

20/02/2017 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Em 19/02/2017, esgotado o prazo previsto no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN e no §11 do art. 62 da CF/88 sem a aprovação do projeto de decreto legislativo.

Ao arquivo.

20/02/2017 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encaminhado à SLCN, em virtude do término do prazo regimental.

12/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (Ação Legislativa referente ao DCN de 15/12/2016)
Foi recebido, por meio do Ofício nº 1.829/2016, do Presidente da Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo n° 556, de 2016 (da Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Valtenir Pereira, que disciplina as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 740, de 13 de julho de 2016, cujo prazo integral de vigência expirou em 10 de novembro de 2016.
A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, acompanhada do processado da Medida Provisória, que irá subsidiar a emissão do parecer previsto no art. 11, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Publicado no DCN Páginas 132-138

12/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação do PDC nº 556 de 2016 e encaminhamento do processado à CMO.

12/12/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SLCN, por solicitação.

07/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (Ação Legislativa referente ao DCN de 08/12/2016)
Foi recebido, por meio do Ofício nº 1.780/2016 do Presidente da Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo n° 550, de 2016 (da Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Nelson Marchezan Júnior, que disciplina as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 740, de 13 de julho de 2016, cujo prazo integral de vigência expirou em 10 de novembro de 2016.
A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, acompanhada do processado da Medida Provisória, que irá subsidiar a emissão do parecer previsto no art. 11, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DCN Páginas 293-303

06/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação do PDC nº 550 de 2016 e encaminhamento do processado à CMO.

28/11/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Em 25-11-2016 esgotou-se o prazo previsto no art. 11, "caput" e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN, para a apresentação de projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista.
A matéria aguardará nesta Secretaria o prazo final de 60 dias para edição do projeto de decreto legislativo, estabelecido no art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, "caput" e § 2º da Res. nº 1/2002-CN, a encerrar-se em 19-02-2017.

TRAMITAÇÃO

28/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SLCN.

17/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Designado relator do Projeto de Decreto Legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida provisória 740/2016 o Deputado Nelson Marchezan Junior. Anexada a designação à página nº 58.

14/11/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: (Ação Legislativa referente ao DCN de 17/11/2016)
Consignado o término do prazo de vigência da presente Medida Provisória, em 10 de novembro de 2016.
Nos termos do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da matéria.
A Medida Provisória vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº1, de 2002-CN.

Publicado no DCN Páginas 433

14/11/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para comunicação do encerramento da vigência da presente medida provisória e encaminhamento do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

11/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SLCN, para providências cabíveis.

08/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Deputado Nelson Marchezan Junior, relatório com voto pela inadmissibilidade da Medida Provisória, por não atender aos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade exigidos pelos artigos 62 e § 3º do artigo 167 da Constituição Federal, e no mérito pela rejeição da proposição. Anexado às fls. de nºs 47 a 56.

09/09/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº. 46, Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 51 de 2016 (publicado no DOU de 14.07.2016 E Retificada no dia 18.07.2016), que prorroga o prazo da vigência desta Medida Provisória em sessenta dias.

24/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha nº 45 Of. n. 1322/2016/SGM/P, de 22/08/2016, do Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, Dep. Arthur Lira, comunicando que, em virtude das decisões proferidas pela Presidência da Câmara dos Deputados nas Questões de Ordem n. 352/2013 e 153/2016, o termo final para o recebimento da MPV nº 740/2016 pela Câmara dos Deputados é o dia 20/10/2016.

TRAMITAÇÃO

09/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº 44, Ofício nº 371 (CN), de 04/08/2016, da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, comunicando ao Presidente da Câmara dos Deputados, a adoção pelo Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República da Medida Provisória 740/2016.

03/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator revisor o Senador Flexa Ribeiro. Anexado às fls. 43.

03/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo para emendas à Medida Provisória. Não foram apresentadas emendas.

02/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Deputado Nelson Marchezan Junior. Anexado à folha de nº. 42.

20/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexada às folhas de nºs 39 a 41, Nota Técnica nº 39/2016 da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 740, de 2016 quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

19/07/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: O Senhor Vice-Presidente da República, no Exercício do cargo de Presidente da República, adotou, em 13 de julho de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 14 de julho do corrente a Medida Provisória nº 740 de 2016.
A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.
A matéria será publicada em avulso eletrônico.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 36

19/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao plenário.

15/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntada a Mensagem n° 401, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 740 de 13 de julho de 2016 (DOU de 14/07/2016), às fls. 07 a 30.
Juntada cópia da página 2 do Diário Oficial da União de 15/07/2016, referente a retificação do anexo da presente medida provisória, às fls. 31.
Juntadas cópias das páginas 1 a 5 do Diário Oficial da União de 18/07/2016, referente à republicação integral dos anexos I e II da

TRAMITAÇÃO

presente medida provisória, às fls. 32 a 36.

14/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prazo: Recebimento de emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Art. 4º da Res. n° 1/2002-CN)

De 14/07/2016 a 02/08/2016

14/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Em virtude da não aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2/2016), a sessão legislativa não se interromperá (CF/88, art. 57, § 2º) e não haverá suspensão dos prazos da Medida Provisória (Res. 1/2002-CN, art. 18). É o seguinte o novo cronograma da matéria:

- Emendas: até 20-07-2016;
- Prazo na CD: até 11-08-2016 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 11-08-2016;
- Prazo no SF: de 11-08-2016 a 24-08-2016 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 24-08-2016;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-08-2016 a 27-08-2016 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-08-2016 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 11-09-2016 (60 dias).

********** Retificado em 14/07/2016**********

O prazo de emendas vai até 02-08-2016.

14/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 740/2016:
- Publicação no DOU: 14-07-2016;
- Emendas: até 02-08-2016;
- Prazo na Comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 23-08-2016 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 23-08-2016;
- Prazo no SF: de 24-08-2016 a 06-09-2016 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 06-09-2016;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 07-09-2016 a 09-09-2016 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 10-09-2016 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 24-09-2016 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

14/07/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Ação: Este processo contém 6 (seis) folhas numeradas e rubricadas.

Retificado no DOU Páginas 2

Publicado no DOU Páginas 1-5

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 740/2016

Data: 14/07/2016

Autor: Presidência da República

Local: Serviço de Protocolo Legislativo

Ação Legislativa: Este processo contém 6 (seis) folhas numeradas e rubricadas.

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho, no valor de R$ 353.771.447,00, para os fins que especifica.

Nota Técnica

Data: 18/07/2016

Autor: -

Local: null

Descrição/Ementa: Nota Técnica nº 39 de 2016, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados (Adequação orçamentária e financeira).

Avulso inicial da matéria

Data: 19/07/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: O Senhor Vice-Presidente da República, no Exercício do cargo de Presidente da República, adotou, em 13 de julho de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 14 de julho do corrente a Medida Provisória nº 740 de 2016.
A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.
A matéria será publicada em avulso eletrônico.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Avulso inicial

Avulso inicial da matéria

Data: 19/07/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: O Senhor Vice-Presidente da República, no Exercício do cargo de Presidente da República, adotou, em 13 de julho de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 14 de julho do corrente a Medida Provisória nº 740 de 2016.
A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.
A matéria será publicada em avulso eletrônico.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Avulso contendo Republicações do DOU (retificações materiais).